

A Televisão e a Violência
o impacto sobre a criança e o adolescente

Valores Sociais e Meios de Comunicação de Massa

RESUMO CONSOLIDADO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

ETAPAS

QUALITATIVA (RETRATO) E QUANTITATIVA (IBOPE)

Junho de 1997

Introdução

A etapa Qualitativa, realizada pela RETRATO Consultoria e Marketing, consistiu numa pesquisa exploratória, através da técnica de discussões em grupo, nas Cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia, Recife (representantes dos pólos formadores de opinião) e Uberlândia (representante do interior do País), junto a homens e mulheres adultos (30 a 50 anos), pais ou responsáveis por crianças e/ou adolescentes na faixa de 8 a 17 anos, com dois filhos ou mais nessa faixa etária, das classes sócio-econômicas B e C (critério ABIPEME) e crianças (10 a 14 anos) das classes sociais B, C e D+, que tivessem irmãos na mesma faixa etária.

Foram realizados 18 grupos de discussão entre os dias 04 e 20 de junho de 1997, assim distribuídos em cada praça pesquisada:

- um grupo masculino, na faixa etária situada entre 30 e 50 anos, pertencente às classes sociais B, C e D+ (critério ABIPEME), pais e/ou responsáveis por crianças de 8 a 17 anos, com dois filhos ou mais nesta faixa etária;

- um grupo feminino, na faixa etária situada entre 30 e 50 anos, pertencente às classes sociais B, C e D+ (critério ABIPEME), mães e/ou responsáveis por crianças de 8 a 17 anos, com dois filhos ou mais nesta faixa etária;

- um grupo misto, infanto-juvenil, na faixa etária entre 10 e 14 anos, pertencente às classes sociais B, C e D+ (critério ABIPEME), que tenham irmãos nesta mesma faixa etária.

A fase Quantitativa, realizada pelo IBOPE, consistiu num estudo entre a população das regiões brasileiras do Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste - junto a unicípios em condições de capital, periferia e interior, com contingentes eleitorais de até 20 mil eleitores, mais de 20 a 100 mil e mais de 100 mil eleitores - segmentada entre pessoas com idades a partir de 30 anos, de ambos os sexos, pertencentes às classes sócio-econômicas A/B, C, D e E (critério ABIPEME), pais ou responsáveis por crianças e/ou adolescentes, na faixa etária de 8 a 17 anos.

Foram realizadas 2.000 entrevistas entre os dias 24 e 29 de julho de 1997.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Etapas qualitativa e quantitativa

Percebe-se, inicialmente, a preocupação dos pais com a educação dos filhos, demonstrada não apenas pelo gap existente entre a educação recebida pelos adultos - em geral avaliada como pautada em um modelo repressivo - e aquela que desejam oferecer aos filhos, mais liberal, como também com o cuidado necessário para criar cidadãos éticos, sem permitir, contudo, que sejam engolidos pela grande competitividade que se acredita regular as relações sociais atualmente.

O grande volume de informações, onde a exacerbação do consumismo pela mídia se mostra predominante, redundante, na visão dos adultos, na distorção dos valores fundamentais que desejam

transmitir aos filhos, uma vez que o desejo de ter sempre mais tenderia a estimular o abandono de uma postura ética, substituindo-a pela Lei do Gérson (levar vantagem em tudo).

Observa-se a existência de uma dicotomia entre a lógica que rege o mundo real e o papel da família, posicionada como um núcleo moral que tem como função precípua garantir a soberania dos valores éticos frente a uma realidade em constante mutação e com amplo acesso à informação. A necessidade de manter aberto um eficiente canal de comunicação na família coloca-se de forma impositiva de modo a fazer frente à imposição de valores espúrios na formação dos jovens.

Além disso, existe a percepção de que a realidade familiar vem passando por mudanças rápidas, principalmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, dividindo, assim, com terceiros (a exemplo da escola) a responsabilidade pela formação das crianças. Soma-se a isto a mudança do papel dos filhos no interior da família e da sociedade, tendo seus direitos ampliados e passando a serem vistos como indivíduos com desejos e necessidades específicas.

Esta situação, associada à velocidade das mudanças do mundo atual, assim como à democratização do acesso à informação, teria ampliado a rede de relações sociais, posicionando a família como apenas mais um dentre os diferentes ambientes por onde a criança transita, tendo sido as influências em sua formação alargadas e, portanto, convivendo constantemente com valores e comportamentos por vezes opostos aos que encontra em casa.

Neste contexto, a televisão surge como o principal veículo informativo (30% da amostra) e, para muitos, formativo (28%), sendo avaliada como uma importante fonte de atualização de conhecimentos e, para muitos, como a mais importante forma de entretenimento (40%) ao oferecer uma gama de programação a custo zero.

Como um dos principais atributos positivos da televisão, identifica-se sua importância como um veículo que permite a constante atualização de acontecimentos, colocando o telespectador como um cidadão do mundo, ampliando suas fronteiras e permitindo que entre em contato com diferentes realidades. Mais ainda, sua linguagem ágil, associada aos recursos visuais, imprimem à informação leveza e dinamismo, sendo considerada a audiência à sua programação como uma valorizada forma de lazer.

Ressalta-se a importância atribuída aos programas televisivos como elementos capazes de fomentar o diálogo familiar, muitas vezes atuando como um catalisador frente a temas polêmicos e/ou constrangedores, quebrando, assim, as barreiras porventura existentes. Além disso, especificamente junto às classes de menor poder aquisitivo, a televisão atua como um estímulo para manter os filhos em casa (classe A/B - 0%; C - 3%; D - 8% e E - 10%), amenizando os riscos associados ao mundo externo, onde a violência e o uso de drogas se apresentam como ameaças bastante próximas.

Porém, em se tratando da influência que exerce no processo educativo, identifica-se uma avaliação ambígua, posicionando-se para alguns como mal necessário que ajuda e atrapalha, e, para outros, mais conservadores, como essencialmente prejudicial, posto que conflitante com os valores da família.

Desta forma, destacam-se como objetos de críticas:

- programação considerada inadequada, ao veicular, sem qualquer critério, temáticas polêmicas (sexo, drogas), sendo responsável por uma certa distorção da realidade;
- antecipação de temas e problemas (homossexualismo, traições, subornos, violência - 25%, drogas, prostituição), reduzindo o período de inocência, o que, acreditam, pode gerar problemas comportamentais no futuro;
- usurpação do tempo de convívio familiar, avaliação está identificada mais intensamente junto àqueles que possuem diversos aparelhos, fazendo com que a audiência assumam um caráter individualizado, na medida em que os filhos assistem TV em seus quartos,

dificultando desta forma sua regulação e acompanhamento. De forma a amenizar os efeitos provocados pela exposição a programas percebidos como incompatíveis ou conflitantes com a educação que a família oferece, identifica-se um conjunto de estratégias no sentido de evitar que a televisão assuma um papel relevante no cotidiano dos jovens;

- estabelecimento de horário para dormir (27%), alegando a necessidade de acordar cedo para estudar;
- as classes mais favorecidas ressaltam o oferecimento de atividades extra-classe, tais como esportes, curso de línguas estrangeiras e informática, buscando preencher de forma produtiva os horários livres das crianças;
- estabelecimento de uma relação direta entre a realização dos deveres escolares e a audiência de televisão, ao deixar os filhos brincarem durante o dia, fazendo com que as lições tenham que ser realizadas no período noturno, horário com temática mais pesada;
- apresentação de alternativas de programação, como a adesão às televisões por assinatura, aspecto predominante junto às classes de maior poder aquisitivo. Nesse sentido, destaca-se a valorização do canal de desenhos animados Cartoon Network, principalmente como forma de entretenimento para as crianças menores.

Torna-se interessante notar que os segmentos jovens, pesquisados somente na fase qualitativa deste estudo, reconhecem integralmente todas as tentativas efetuadas por seus pais no sentido de estabelecer mecanismos de controle à audiência irrestrita à programação televisiva, demonstrando, por seu turno, estratégias próprias para burlá-las. Assim, fingem aceitar as sugestões dos adultos quando estes afirmam não ser o programa adequado às suas faixas etárias, deixando de assisti-los junto aos pais e recolhendo-se em seus quartos, onde são, teoricamente, senhores dos aparelhos de TV.

Mais ainda, dado o controle remoto, mudam rapidamente de canal ou desligam o aparelho quando pressentem a aproximação dos adultos. Outros fingem dormir ou esperam que os pais adormeçam para que então possam, livremente, assistir ao que melhor lhes aprouver.

Cabe ressaltar, contudo, que, em linhas gerais, se observa que os jovens tendem a concordar com as orientações oferecidas pela família em termos da adequação da programação de TV, cinema e vídeo às diferentes faixas etárias, sendo movidos basicamente pela curiosidade que, uma vez saciada, os impede de se tornarem espectadores fiéis.

Neste sentido, verifica-se que a principal motivação à audiência dos programas considerados como inadequados se volta para a necessidade de estar por dentro dos acontecimentos, podendo conversar com os colegas em situação de igualdade.

A confiança que depositam na educação recebida faz com que afirmem que adotariam as mesmas atitudes dos pais caso tivessem filhos, reconhecendo que certos temas, especialmente sexo pesado, são inadequados às faixas etárias mais jovens. Faz-se mister notar, contudo, a percepção de que são capazes de identificar e separar plenamente ficção da realidade, assim como conter qualquer possível efeito negativo provocado pela programação, posicionando-se como senhores de seu próprio destino, razão pela qual se sentem bastante confortáveis e seguros ao burlarem as determinações paternas.

Merece registro, contudo, que, segundo os dados da Pesquisa Quantitativa, cerca de metade da amostra pesquisada de adultos/pais (53%) não exerce qualquer tipo de controle sobre a audiência televisiva.

Apesar da maioria dos entrevistados (57%) afirmarem não se preocupar sensivelmente com o conteúdo da programação televisiva - ao contrário do que se observa na fase qualitativa, verifica-se que este veículo é considerado para 68% da amostra como exercendo muito ou algum tipo de influência na formação das crianças e jovens.

Relativamente à influência que a televisão exerce na formação dos jovens, identifica-se como primeira reação sua avaliação como vilã, contrapondo-se aos valores transmitidos pelos pais.

Em geral, detecta-se a avaliação de que a TV atrapalha mais do que ajuda a educação das crianças e jovens:

- 30% do total da amostra Ô Ajuda;
- 41% do total da amostra Ô Atrapalha.

Verifica-se que a percepção de que a TV atrapalha é maior quanto mais baixa a classe social (32% - A/B: 39% - C; 40% - D; e 47% - E): assim como entre aqueles que praticam alguma religião, na medida em que, como demonstra a fase qualitativa, os valores veiculados pela programação televisiva se contrapõem aos ditados pelas diferentes religiões.

Entre aqueles que apontam espontaneamente que a TV atrapalha a educação dos filhos, verifica-se que o principal problema se volta para o fato de atrapalhar o horário dos estudos/fazer com que não queiram estudar (42%); sendo também citados a veiculação excessiva de programas violentos (13%), faz com que as crianças sejam indisciplinadas/sem limites (9%); influências nas atitudes (9%) e mostra cenas de sexo/eróticas/pornográficas (8%).

Entre as programações consideradas inadequadas às crianças e adolescentes:

- Novelas Ô 52% da amostra (+ entre os pais + jovens, de instrução alta);
 - * vilã para as classes A, B e C
- Filmes Ô 51% do total (+ entre os pais de educação primária);
 - * vilão para as classes D e E
- Programas Policiais Ô 34% (Na Rota do Crime, Cidade Alerta, Aqui Agora) (+ forte entre os pais + jovens, de alta instrução).
 - * mais inadequados para as classes A e B. Para as demais, são menos rejeitados que filmes e novelas.

Porém, à medida em que o processo de reflexão sobre esta questão na Pesquisa Qualitativa - durante as discussões em grupo - avança, observa-se que os possíveis males provocados por este meio de comunicação ou pela veiculação de temáticas impróprias a determinadas idades são amenizados pela confiança que demonstram depositar na educação que oferecem aos filhos.

Sob esta ótica, detecta-se que parcela considerável do segmento adulto acredita no papel educativo da programação televisiva, sendo importante ressaltar, contudo, que esta assume uma função que não ultrapassa os limites de uma coadjuvante neste processo, na medida em que apontam que a responsabilidade na formação moral dos filhos não pode e não deve ser delegada a qualquer outra instância que não seja a família. Assim, mesmo aqueles que inicialmente se posicionavam como capazes de exercer influências significativas no comportamento tendem a reconhecer a soberania do núcleo familiar, na medida em que apontam caber à família o controle e acompanhamento do tipo de informação a que seus filhos têm acesso, resumindo em uma frase esta relação: o importante é não deixar engolir sem mastigar.

Entre os que acreditam que a TV auxilia a educação dos filhos, destaca-se que esta ajuda a conhecer o mundo/traz informações (25%); por permitir que sejam assistidos programas educativos/aulas/TV Escola (17%), e porque ajuda a ensinar/educar (10%).

Em acordo com este posicionamento, identifica-se que, junto aos adultos pesquisados, a influência negativa da televisão se apresenta de forma mais intensa, especificamente junto a pessoas que apresentam problemas de personalidade ou no relacionamento familiar, indivíduos que, por terem a mente fraca se tornam suscetíveis a qualquer tipo de apelo. Neste sentido, apontam serem os comportamentos desviantes gerados no âmbito familiar, eximindo a programação da televisão,

cinema e vídeo de qualquer responsabilidade, posto serem a ela anteriores, cabendo, portanto, às famílias a sua resolução.

Os jovens, por sua vez, tendem a amenizar ainda mais a possível influência da programação em seus comportamentos, apontando que esta, quando ocorre, não ultrapassa um nível superficial, sendo exercida basicamente através de modismos (roupas, gírias, cortes de cabelo), aspectos estes que em nada interferem em suas personalidades ou comportamentos. Neste sentido, observa-se a valorização da educação recebida através da família, vista como a principal referência em termos de modelo de conduta e valores morais.

Apesar do reconhecimento por parte dos jovens e dos adultos sobre o papel menor dos meios de comunicação frente à influência da família na determinação do comportamento, torna-se importante ressaltar a preocupação dos pais no sentido de acompanhar a audiência de seus filhos, tomando conhecimento sobre os valores que são apresentados, de modo a contrapô-los, se necessário, àqueles que têm como paradigma.

Nesse contexto, destacam, contudo, a impossibilidade de estarem fisicamente presentes durante todo tempo em que os jovens assistem a programação da televisão, cinema e vídeo, seja por motivos de trabalho ou ainda pelo fato de não compartilharem dos mesmos interesses e preferências que os demais membros da família no que tange aos programas.

Em se tratando da avaliação sobre os filmes veiculados no cinema, verifica-se que a frequência das crianças e jovens aos cinemas, à exceção da classe A/B, se apresenta bastante reduzida - 73% (classe A/B: 38% - C: 60% - D: 81% - E: 89%). Afirmam que seus filhos não possuem o hábito de freqüentá-lo - admitindo assim uma preocupação reduzida frente aos filmes assistidos (3% muito preocupados e 5% preocupados). Cabe ressaltar que tendem a avaliar os filmes assistidos pelas crianças e jovens no cinema como adequados às suas faixas etárias (20%).

Mais ainda, no que se refere aos mecanismos de controle sobre os filmes exibidos no cinema, verifica-se um grande desconhecimento sobre as formas pelas quais este é exercido (44%), enquanto que 42% acredita não existir qualquer forma de controle; 11% afirma a existência de controle por faixa etária.

Relativamente aos filmes assistidos em vídeo, observa-se que estes não se apresentam como capazes de despertar grandes preocupações junto aos pais, na medida em que apenas 4% afirmam estar muito preocupados/preocupados. Assim, observa-se que estes se colocam como responsáveis pelo aluguel junto aos filhos mais jovens, impossibilitados de irem sozinhos às locadoras, situação esta que permite que os adultos selecionem eles mesmos aquilo que consideram adequado às crianças. Da mesma forma, afirmam que a proibição do aluguel de filmes pornográficos a menores é exercida pela própria locadora.

Por seu turno, em se tratando da programação televisiva, observa-se que esta se revela capaz de suscitar constrangimentos quando temas considerados inadequados são assistidos conjuntamente pela família. Diante disso, tendem a adotar uma série de artifícios e estratégias de modo a superar esse sentimento de desconforto.

Na etapa quantitativa, reafirma-se como estratégia adotada de forma mais usual pelas famílias a tendência a desligar a televisão ou a mudar de canal (47%) quando se deparam com cenas constrangedoras, comportamento esse que se acentua à medida em que diminui o grau de escolaridade dos pais. Outra forma de evitar maiores constrangimentos volta-se para a tentativa de desviar o interesse frente às cenas apresentadas (23%), enquanto que o hábito de aproveitar os temas apresentados pela TV para conversar com os filhos se revela como prática de 12% da amostra. Contudo, cabe ressaltar que, quanto maior a escolaridade dos pais, essa tendência se apresenta com maior intensidade (primário - 7% X superior - 30%).

Verifica-se que a decisão sobre o tipo de programação assistida, assim como o horário limite para que as crianças e adolescentes assistam TV, não é praticado por 46% dos entrevistados, sendo que em 27% dos casos está nas mãos do chefe da família (em sua maioria homens) e em 25% sob as rédeas das donas de casa.

A classe social também interfere significativamente nesta decisão, na medida em que para 53% das classes A/B não há necessidade deste controle, enquanto que em 49% da classe C, em 45% da classe D e em 41% da classe E observa-se o mesmo.

Como outra variável interveniente neste comportamento, identifica-se a adesão a uma religião, sendo observado que:

- 63% dos evangélicos exercem controle;
- 55% dos católicos exercem controle;
- 48% dos católicos não-praticantes exercem controle.

O número de crianças em casa interfere também: quanto maior o número, maior a necessidade de acompanhamento e mais a decisão sobre o que deve ser controlado se concentra no chefe da família.

Muito embora, em geral, a decisão sobre o tipo de programação e o horário de se assistir TV seja do chefe da família, observa-se que cuidar para que estas restrições sejam cumpridas é eminentemente uma tarefa da dona de casa.

Entre os que estabelecem restrições, a tarefa de fazer com que estas sejam cumpridas:

- 37% dos chefes das famílias;
- 55% das donas de casa.

Em se tratando da obediência às restrições impostas à audiência à TV, observa-se que a maioria dos adultos pesquisados tende a acreditar que seus filhos respeitem suas recomendações (93%), sendo totalmente obedecidos (59%) ou parcialmente obedecidos (34%). Verifica-se que quanto mais elevada a classe social, menor a crença de que este controle será totalmente obedecido, provavelmente pela presença de maior número de televisores nos domicílios e, especialmente, nos quartos das crianças.

Torna-se importante destacar o comportamento dos jovens frente a esta questão - avaliado somente na etapa qualitativa deste estudo - que afirmam desobedecer freqüentemente às restrições impostas pelos pais, ainda que seja apenas como uma forma de enfrentá-los ou de matar a curiosidade, e não por um interesse específico na programação controlada pela família.

Relativamente ao posicionamento frente às diferentes temáticas, as quais crianças e adolescentes encontram-se expostas através dos meios de comunicação, observa-se que a questão sexual se apresenta de forma polêmica junto aos diversos segmentos pesquisados. Mais ainda, detecta-se a existência de tratamento diferenciado na audiência desta temática em função do sexo e idade dos filhos, havendo maior aceitação do interesse dos rapazes pelo tema, enquanto que este se revela de certa forma como um tabu junto à audiência feminina jovem. Cabe ressaltar, contudo, a dificuldade apontada pelos adultos na etapa qualitativa deste estudo em estabelecer mecanismos efetivos de controle junto à faixa etária acima de 10 anos, depreendendo-se ser este o limite simbólico da infância.

Em se tratando, porém, da adequação dos filmes pornográficos e programas eróticos às diferentes faixas etárias, observa-se que para 31% dos adultos pesquisados na fase quantitativa, estes só deveriam ser assistidos por maiores de 18 anos.

A extrema preocupação dos adultos frente às cenas de sexo explícito veiculadas pela programação parece ecoar diferentemente junto ao segmento jovem, observando-se que estes não demonstram interesse significativo nesta área, na medida em que apresentam um comportamento de audiência episódica, identificando-se como mola-mestra a curiosidade que, uma vez saciada, se esgota em si mesma.

Cabe ressaltar que as cenas que envolvem sexo se revelam plenamente aceitas quando este

se apresenta contextualizado em uma história e, ainda assim, desde que permeado por sentimento (amor romântico), sendo então destacado em sua beleza e naturalidade. Como exemplos típicos desse tipo de abordagem identificam-se os filmes *Ghost* e *Lagoa Azul*, onde o sexo recebe um tratamento distanciado de qualquer forma de malícia ou apelação.

Assim, detecta-se forte rejeição às cenas de sexo quando estas se reafirmam segundo os seguintes aspectos, a saber:

- associados a algum tipo de violência - tal como ocorre em estupros (51% dos pais), sendo importante notar que estas são consideradas como imagens chocantes pelas jovens, provavelmente por se sentirem vulneráveis a este tipo de ocorrência;
- realizadas sem qualquer outra motivação ou sentimento além da busca pelo prazer sexual, situação esta que remete à preocupação em criticar, ainda que de forma velada, este comportamento com seus filhos, na medida em que somente o aceitam quando revestido de amor;
- apresentadas de forma explícita, a exemplo do que ocorre nos programas *Cine Privê* e *Sexy Time*. Cabe ressaltar que a audiência em família a cenas de sexo explícito gera constrangimentos de toda ordem (para 71% da amostra), especialmente quando adultos e crianças de sexos opostos (mães com filhos e pais com filhas), sendo comum a utilização de recursos para desviar a atenção pais disfarçam, puxam outro assunto; filhos simulam desinteresse, indo beber água, ao banheiro, etc.

Considerando-se ainda a temática sexual, observa-se forte polêmica sobre a questão homossexual na programação televisiva, assim como de cinema e vídeo. Se, por um lado esta se posiciona de forma valorizada junto ao segmento feminino adulto, quando apresenta uma relação de amor verdadeiro entre pessoas do mesmo sexo, sendo apontada como uma importante contribuição no sentido de amenizar o forte preconceito existente, por outro, verifica-se que esta relação não deve ultrapassar a sugestão e/ou insinuação.

Assim, mesmo entre aqueles que tendem a se mostrar menos refratários a esta temática, a explicitação do homossexualismo se revela como algo impactante, não sendo concebível a veiculação de imagens que sugiram qualquer tipo de contato físico entre os parceiros (para 49% da amostra).

Por seu turno, identifica-se marcante reação masculina à abordagem dessa questão, observando-se um forte sentimento de indignação e revolta frente à veiculação de programas nesta linha, vistos como prejudiciais à formação moral dos jovens. Merece registro, contudo, a aceitação do homossexualismo quando revestido de comicidade, a exemplo do que ocorre nos programas de humor.

Mais ainda, questionam este tipo de abordagem quando esta se apresenta de forma absolutamente natural e corriqueira, sem envolver qualquer tipo de problematização familiar, destacando que programações nesta linha desconsideram o tabu da virgindade, assim como apresentam um comportamento bastante avançado, associado, ao nível imaginário, aos segmentos mais liberais dos grandes centros urbanos;

- utilizadas apenas como um artifício para a elevação dos índices de audiência dos programas, situação esta onde se destaca o caráter apelativo, tal como ocorre no *Domingo Legal* (*Gugu Liberato*), exemplo máximo do uso comercial do sexo, rejeitado em todas as praças pesquisadas na etapa qualitativa.

Vem somar-se a esta avaliação a novela *Xica da Silva*, recentemente veiculada pela *Manchete*, sendo criticada pela intensa utilização das cenas de sexo como uma forma de fazer frente à programação da Rede Globo, líder de audiência no horário. Neste sentido, identificam-se restrições à audiência desta novela pelo público mais jovem, sendo importante notar que estes, por sua vez, não demonstram grande interesse em assisti-la.

Assumem também grande relevância na fase qualitativa as críticas à erotização do corpo infantil, sendo rejeitados os programas que incentivam a apresentação de clones de Xuxa e Carla Perez, assim como aqueles que se utilizam de meninos imitando Michael Jackson, situação esta que conota a ausência de respeito pelo próprio corpo e a valorização de profissões tais como modelos, onde a beleza se apresenta como principal requisito para o sucesso, em detrimento de outras que exigem estudo e disciplina, aspectos estes extremamente valorizados pelos adultos no processo de formação dos jovens.

Além disso, a sensualização da criança tenderia a estimular a iniciação sexual precoce, assim como a pedofilia. Neste sentido, a exploração comercial desse tipo de atração pelas emissoras se apresenta como algo constantemente abordado de forma crítica pelos adultos junto a seus filhos, objetivando amenizar os possíveis efeitos deste tipo de programação sobre os jovens.

Merece registro, contudo, que, apesar dos preconceitos e constrangimentos na abordagem da temática sexual, os adultos tendem a se utilizar deste tipo de programa para conversar com os filhos, apresentando seus valores e visão de mundo, contrapondo-a à veiculada pela televisão. Neste sentido, esta atua como uma ferramenta didática, sendo especialmente utilizada para o diálogo sobre iniciação sexual, prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, contracepção e gravidez na adolescência, além de questões que envolvam os diversos aspectos de um relacionamento afetivo.

Sob esta ótica, o filme Kids se revela como um típico exemplo da apropriação pelos adultos de uma temática conceitualmente avaliada como inadequada aos jovens, sendo utilizado didaticamente para dar o start no diálogo entre pais e filhos. Assim, temas como a AIDS, o uso de drogas, o sexo sem amor e o desrespeito ao corpo da mulher, presentes nesta produção, recebem grande valorização, sendo importante observar, contudo, a preocupação em que este seja assistido no ambiente doméstico em conjunto com os pais.

Por outro lado, identificam-se menores constrangimentos frente às questões da violência, sendo que, dentre estas, aquelas que enfrentam maior rejeição voltam-se para imagens de corpos mutilados, cobertos de sangue, sejam estas imagens reais ou ficcionais (28%), superam as restrições apresentadas pela veiculação dessas mesmas cenas em filmes (24%), enquanto que imagens explícitas, ou comportamento racista e de justificação (23%), se apresentam como mais aceitáveis.

Nesse sentido, detecta-se grande apreciação dos filmes de ação, tanto pelos jovens quanto pelos adultos, sendo Rambo e Arnold Schwarzenegger tidos como ídolos e garantia de um bom programa familiar, reunindo em torno da televisão pais e filhos.

A partir desse exemplo, observa-se que a violência ficcional - contextualizada em uma história ou em uma causa (guerra, ideologia política, justificação, etc) - recebe plena aceitação, sendo eximida de qualquer possível influência negativa sobre o comportamento dos jovens. Esta avaliação destaca que o uso intensivo de efeitos especiais, assim como de imagens rápidas e fortes, imprime grande carga emocional a este tipo de programação, distanciando-se assim da conotação de realidade.

Observam-se, contudo, restrições a filmes baseados na ação de gangues juvenis, percebidos como capazes de estimular a reprodução deste comportamento pelos jovens, percepção esta baseada na idéia da adolescência como um período onde a influência do grupo de amigos se sobrepõe à opinião individual.

No que tange aos filmes de terror, identifica-se entre os jovens uma forte ambigüidade, onde se mesclam sentimentos de medo, nojo e atração frente a este tipo de programação, suscitados pelas imagens cruas e sangrentas - cabeças cortadas, vísceras à mostra e cérebros explodindo, típicos da linha trash, onde Brinquedo Assassino se posiciona como símbolo entre o público infanto-juvenil. Desta forma, os filmes de terror são assistidos em geral junto a grupos de amigos e durante o dia, sendo a experiência de assisti-los à noite percebida como uma prova de maturidade.

Cabe ressaltar a irrelevância atribuída pelos adultos à audiência deste tipo de temática pelos jovens, sendo sua atratividade considerada como típica da adolescência. Mais ainda, dado o reconhecimento de seu caráter eminentemente ficcional, não se observam restrições significativas

quanto a possíveis danos que possam causar aos jovens.

Esta avaliação se apresenta invertida em se tratando da veiculação da violência real, percebida como suplantando a ficção e sendo capaz de gerar forte impacto junto aos telespectadores, além dos sentimentos de medo e revolta.

Neste contexto, identifica-se um elenco de acontecimentos recentes que se enquadram nesta avaliação, a saber:

- a ação violenta dos policiais de Diadema;
- a chacina da Candelária;
- o massacre de Vigário Geral;
- os massacres dos sem-terra;
- o assassinato do índio em Brasília;
- a prostituição infantil;
- a disseminação do uso de drogas, especialmente junto a crianças;
- a impunidade;
- a corrupção política;
- o estado falimentar da saúde e da educação pública.

Identificam-se como preocupação central do público adulto, pesquisado na fase qualitativa considerações frente aos efeitos que este tipo de informação pode gerar em seus filhos, na medida em que colocam em xeque todos os valores que procuram sedimentar em sua formação, a exemplo da obediência à lei e às autoridades, o respeito pelo semelhante e pelas instituições, a dignificação pelo trabalho, entre outros.

Neste sentido, temem que a exposição a este tipo de noticiário redunde na ausência de parâmetros de valor, gerando uma forte descrença e desesperança nos jovens, situação esta que acirra a preocupação em manter aberto um canal de diálogo com os filhos, de modo a alertá-los sobre os perigos da vida.

Torna-se importante notar, entretanto, que parcela significativa do público adulto tende a considerar esses eventos como uma valorizada forma de conscientização política, uma oportunidade ímpar para que os valores e o *modus operandi* da sociedade sejam questionados junto aos jovens, contribuindo para o seu processo de amadurecimento.

Não obstante essa avaliação, observam-se críticas à utilização indiscriminada e abusiva da violência real pela programação televisiva, assumindo a conotação de sensacionalismo, onde os acontecimentos são veiculados de forma a garantir a elevação dos índices de audiência das emissoras. Como principais referências dos interesses comerciais se sobrepondo à função informativa, identificam-se os programas policiais Na Rota do Crime, Câmara Manchete e Aqui e Agora, sendo seu encerramento percebido como consequência da exarcerbação desta temática em horário impróprio, sem qualquer preocupação com o fato de ser assistido por crianças e jovens.

Merece registro a percepção da inexistência de qualquer tipo de controle da programação televisiva, seja ao nível governamental ou das próprias emissoras, especialmente sobre o conteúdo/abordagem dos programas, sendo este aspecto citado por 63% da amostra na etapa quantitativa.

Relativamente aos sistemas classificatórios adotados pelo Estado, identifica-se forte desconhecimento de sua existência na maioria das cidades pesquisadas, observando-se como justificativa a esta avaliação o reconhecimento da ausência de qualquer critério na veiculação da programação, especialmente na televisão.

As emissoras, neste contexto, são percebidas como regidas apenas pela guerra pela audiência, onde os interesses comerciais e financeiros se apresentam como o único parâmetro capaz de ser levado em consideração.

Vem somar-se a esta percepção o questionamento frente à existência de qualquer preocupação ética que atue de forma a regular a programação televisiva através de sua adequação às diferentes faixas etárias, sendo apontada como exemplo desta situação a reprise das novelas noturnas no período vespertino.

Neste sentido, identificam-se fortes expectativas de que algo seja realizado de forma a permitir a adequação das temáticas consideradas como inadequadas às faixas etárias mais jovens (sexo, violência, traições, etc.) a horários mais avançados, surgindo como referência unânime a lei que regula a veiculação da propaganda de bebida alcoólica e cigarros, restringindo-as ao período noturno e amenizando assim seus efeitos junto às crianças.

De modo a introduzir algum tipo de advertência aos adultos sobre a inadequação de determinados programas a certas faixas etárias, observam-se sugestões, ainda que de forma minoritária, sobre a pertinência da utilização de algum tipo de advertência para indicar temáticas inadequadas, evidenciando-se a associação ao antigo certificado da censura apresentado antes dos programas.

A valorização atribuída a este artifício (apelo visual) como mais um recurso para legitimar o controle da audiência dos jovens pela família faz-se presente mais intensamente junto ao segmento masculino paulista, sendo importante observar, contudo, a avaliação dos demais públicos pesquisados de que um aviso deste tipo tenderia a aguçar a curiosidade dos jovens para programas que muitas vezes não seriam sequer assistidos.

Por outro lado, identifica-se a utilização deste mecanismo por parte de algumas emissoras, especialmente Rede Globo e SBT, percebida porém como uma atitude de good will por parte destas para com seus telespectadores e não como obediência a qualquer requisito legal de adequação das temáticas adultas aos horários noturnos.

Neste contexto, observam-se expectativas de que seja implantado algum tipo de mecanismo externo de controle desta programação (75%), na medida em que, dado o estilo de vida das famílias brasileiras (entrada da mulher no mercado de trabalho, baixa escolaridade dos pais, crianças com vontade própria e muitas vezes sozinhas em casa, etc.), estas desejam ser auxiliadas nesta tarefa.

Assim, sugerem espontaneamente (pelos 75% da amostra que acham que deve existir controle externo à família) as seguintes formas de controle, a saber:

- classificação de toda a programação por idade e horário \hat{O} 17%;
- censura/proibição/corte de cenas impróprias \hat{O} 17%.

Há de se observar, porém, que, apesar de ocorrer um empate, se agregarmos as diversas citações espontâneas quanto a mecanismos de adequação da programação às diferentes faixas etárias e de horário, se verifica a predominância do sistema classificatório sobre a censura.

Porém, ao serem estimulados (ainda os 75% da amostra que acham que deve haver controle) mediante as opções censura X classificação por faixa etária e horário, posicionam-se da seguinte maneira:

- classificação por idade e horário \hat{O} 64%;
- censura \hat{O} 32%;
- não souberam se posicionar \hat{O} 4%.

Torna-se importante destacar: junto àqueles que apesar de acenarem para um possível retorno da censura como uma forma de controlar a permissividade, que identificam na programação televisiva, verifica-se que este posicionamento se relaciona basicamente com a necessidade de

algum tipo de regulação, sendo o controle pelo Estado a principal referência de que dispõem.

Neste contexto, e de forma mais detalhada na fase qualitativa, observa-se, de modo geral, forte reação contra qualquer tentativa de retorno de mecanismos de censura, argumento este basicamente sustentado a partir de duas justificativas, a saber:

- grande descrença no Estado, percebido como distanciado da sociedade, sendo incapaz de garantir o exercício de suas funções precípuas, a exemplo das áreas da Educação e Saúde. Mais ainda, identifica-se como pano de fundo desta avaliação o desgaste e desapontamento da sociedade civil para com sua atuação, percebida como direcionada para assegurar privilégios e mordomias a políticos e grupos privados, em detrimento dos direitos dos cidadãos;
- defesa incontestada destes direitos, sendo especialmente valorizado o amplo acesso à informação e o livre arbítrio dos cidadãos, indicando forte rejeição a qualquer tipo de tutela da sociedade civil pelo Estado.

Observa-se, porém, que o posicionamento contrário à idéia de que o Estado seja o único responsável pelo controle da programação dos meios de comunicação de massa não descarta a necessidade de implantação de algum outro mecanismo de regulação, sendo necessário compartilhar com a sociedade como um todo a responsabilidade familiar frente à programação de televisão, cinema e vídeo.

Assim, delinea-se um sistema classificatório baseado na adequação das temáticas às diversas faixas etárias através de horários diferenciados de veiculação, mecanismo este percebido como uma forma de auxiliar as famílias na tarefa de ponderar os efeitos da programação na formação moral de seus filhos. Cabe ressaltar, contudo, que a decisão final sobre o que pode ou não pode ser assistido pelos jovens deve ser, em última instância, do núcleo familiar, principal responsável pela educação dos filhos e soberano neste âmbito.

Uma vez estabelecida esta necessidade de regulação, coloca-se como questão imperativa a maneira como este controle deve ser estabelecido, identificando-se, inicialmente, a tendência a delegar esta tarefa a cada emissora de televisão que, assim, deveria dispor de profissionais especializados (pedagogos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais) para avaliação de seus programas, classificando-os de acordo com as diferentes faixas etárias e horários.

Torna-se importante destacar que receiam que este mecanismo, provavelmente, não irá se sustentar por longo tempo, na medida em que acreditam que os critérios de cada emissora seriam suplantados por seus interesses comerciais específicos, que, na guerra pela audiência, suplantam qualquer preocupação ética. Mais ainda, verifica-se a percepção de que estes especialistas, na medida em que seriam funcionários contratados por cada emissora, não deteriam o poder e a liberdade necessária para fazer valer seus critérios que seriam, em última instância, ofuscados pelos da empresa.

Diante desse impasse, observam-se em geral duas tendências, a saber:

- o estabelecimento de um conselho de auto-regulamentação das emissoras, a exemplo do CONAR (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), onde seriam identificados e classificados os diversos tipos de temáticas e programações, evitando, assim, que os interesses de cada empresa fossem estabelecidos livremente, na medida em que seriam regidos por um código de ética para o setor;
- a criação de um órgão misto, controlado pela sociedade civil, cujo funcionamento seria através do sistema de colegiado que reunisse representantes de diversos segmentos sociais, que teriam como tarefa exclusiva a classificação dos programas através de selos ou certificados de acordo com as diferentes faixas etárias. Seus membros seriam eleitos através de voto direto da população, cumprindo um mandato por período determinado, sendo destacada a necessidade de que a representação ocorresse ao nível estadual, de modo a

garantir a observância das diferenças regionais.

Neste modelo específico de órgão, caberia ao Estado o papel de fiscalização das emissoras, fazendo cumprir as suas determinações - uma espécie de lei - através do estabelecimento de um conjunto de punições que partem da cobrança de multas de valor significativo, até a possibilidade de retirar a emissora do ar em caso de reincidência.

Contudo, merece registro a avaliação de que este modelo não se encontra pronto e acabado, devendo ser aprimorado e amadurecido pela sociedade. Esta preocupação se coloca frente à identificação dos riscos de este órgão ou conselho vir a se tornar uma instituição burocratizada - mais um cabide de emprego -, descaracterizando sua proposta e posicionando-se como um poder paralelo, onde a liberação dos programas para horários de maior audiência tenderia a estabelecer situações propícias à corrupção, transformando os certificados em uma valorizada moeda política.

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

BRASIL

2.000 entrevistas
julho/agosto de 97

IBOPE

PADRÕES DE CONTROLE DA ASSISTÊNCIA DE TV, VÍDEO E CINEMA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Realizada por encomenda do
Ministério da Justiça e UNESCO

IBOPE

• UNIVERSO PESQUISADO

População pesquisada: maiores de 30 anos, residentes em domicílios que tenham TV e que tenham pelo menos uma criança entre 8 e 17 anos.

Representando:

31.166.000 adultos e
33.484.103 crianças (8 a 17)

Fonte: Censo IBGE-1991

ESPECIFICAÇÕES

- Área: Brasil
- Período: 24 a 29 de julho de 1997
- Amostra: representativa da população em estudo, elaborada por quotas proporcionais
- Nº de entrevistas: 2.000

IBOPE

PERFIL DO ENTREVISTADO

Região

- N/CO 13%
- NE 29%
- SE 43%
- S 16%

Condição

- Capital 26%
- Periferia 11%
- Interior 63%

Porte do município (habitantes)

- Pequeno (até 20 mil) 49%
- Médio (de 20 a 100 mil) 22%
- Grande (mais de 100 mil) 29%

IBOPE

PERFIL DO ENTREVISTADO

Sexo

- Homens 47%
- Mulheres 53%

Grau de Instrução

- Primário 52%
- Ginásio 23%
- Colegial 19%
- Superior 6%

Idade

- 30 a 39 anos 41%
- 40 a 49 anos 33%
- 50 a 59 anos 15%
- 60 e mais 12%

Condição de Atividade

- Trabalha 62%
- Não trabalha 38%

IBOPE

PERFIL DO ENTREVISTADO

Pessoas por domicílio

- Duas 1%
- Três 13%
- Quatro 29%
- Cinco 27%
- Seis ou + 31%

Crianças por domicílio

- Uma 49%
- Duas 32%
- Três ou + 19%

Sexo das crianças

- Masculino 51%
- Feminino 49%

Idade das crianças

- 8 a 12 51%
 - 13 a 17 49%
- 95% das crianças estudam**

IBOPE

PERFIL DO ENTREVISTADO

Classe

- A/B 12%
- C 27%
- D 32%
- E 29%

Posse de Bens

- Videocassete 33%
- TV assinatura 5%
- Microcomputador 5%
- Acesso à Internet 1%

TV's

- Uma 71%
- Duas 20%
- Três ou + 9%

IBOPE

CONSUMO DE MÍDIA - TV

Número de horas (dias úteis):

média de 3h57min

- 92% assistem pelo menos 1 hora/dia
- 76% assistem mais de 2 horas
- 29% entre 3 e 5 horas
- 29% mais de 5 horas
- 13% mais de 8 horas

Não há diferença significativa no nº de aparelhos ligados nos fins de semana

nem na distribuição por nº de horas assistidas.

IBOPE

CONSUMO DE MÍDIA - TV

O tempo médio de assistência é maior:

- Na Região Sul
- Nos domicílios com mais crianças
- Nos grandes centros
- Nas famílias de melhor renda

IBOPE

CONSUMO DE MÍDIA - TV

Hora de Afastamento

- Em 69% dos domicílios, as crianças assistem a TV no máximo até as 22h. Nos fins de semana, cai para 58%.
- No Nordeste é onde as crianças se afastam mais cedo; no Sudeste e no Sul, mais tarde.
- Quanto maior a classe, mais tarde as crianças assistem.
- Diminui o número de crianças e a idade, desliga mais cedo.

IBOPE

CONSUMO DE MÍDIA - OUTROS MEIOS

- 27% vão ao cinema
- 36% vêem videocassete
- 4% têm acesso a CD-ROM ou Internet

IBOPE

VALORES MORAIS

Comportamentos testados e % de não-aceitação

	Meninos	Meninas
• Relações homossexuais	47%	46%
• Consumo de cocaína	42%	45%
• Consumo de maconha	41%	44%
• Experimentação de drogas	36%	40%
• Violência	29%	38%
• Álcool	29%	35%
• Cigarro	24%	31%
• 1ª relação sexual	6%	15%

IBOPE

VALORES MORAIS

- Qualquer que seja o comportamento, os pais se mostram mais dispostos a conversar do que a outra atitude.
- O comportamento menos aceitável é o homossexualismo, seguido do consumo freqüente de maconha e cocaína.
- De um modo geral, os responsáveis mantêm o mesmo padrão de aceitação dos comportamentos para meninos e meninas.

IBOPE

VALORES MORAIS

- Há um pouco mais de condescendência com os meninos, principalmente no que diz respeito à violência, às drogas legais e à primeira relação sexual.
- O que suscita mais conversas é a 1ª relação das meninas. Na dos meninos, os pais preferem esperar antes de tomar alguma atitude.

IBOPE

VALORES MORAIS

- Os homens, um pouco mais que as mulheres, declaram aceitar menos estas atitudes.
- A faixa etária entre 40 e 49 anos tende a ser um pouco mais *permissiva* com todos os comportamentos, exceto com a violência.
- A aceitação da maioria dos comportamentos cresce com a classe (renda) e a instrução, com exceção da violência, que é rejeitada mais nestes segmentos.

IBOPE

VALORES MORAIS

- O SE aceita mais estes comportamentos, excluindo o uso freqüente de drogas, que é igual em todas as regiões.
- Os moradores das periferias rejeitam mais que os das capitais e do interior.
- A religião pouco interfere na opinião.
- Os segmentos mais contrários a estas questões são: homens, mais de 50 anos, renda e instrução baixas, NE, periferia e municípios de médio porte.

IBOPE

GRAU DE PREOCUPAÇÃO COM A TV

P) Como se sente com o que as crianças/adolescentes vêm na TV?

Muito preocupado (a)	16% \
	42%
Preocupado (a)	26% /
Pouco preocupado (s)	16% \
	57%
Nada preocupado (a)	41% /

GRAU DE PREOCUPAÇÃO COM A TV

A preocupação é maior

- Entre as mães
- No Sul do Brasil
- No interior e nas cidades menores
- Nas classes A/B
- Entre os evangélicos
- Nas casas com mais crianças
- Nas casas com crianças mais novas
- Entre quem não trabalha

IBOPE

INFLUÊNCIA DA TV NA FORMAÇÃO

- A maioria dos entrevistados - 81% - admite que a TV exerce influência na formação dos filhos.
- Para metade, a TV exerce muita influência.
- A percepção desta interferência cresce com a classe e com o grau de instrução, e onde há crianças mais novas.
- É maior também entre quem se diz preocupado.
- O NE e os habitantes das capitais são quem mais percebem esta influência.

IBOPE

PAPEL DA TV NA FORMAÇÃO

- A influência da TV é negativa: ela atrapalha mais que ajuda.

P) Pensando na educação das crianças e adolescentes desta casa, a TV ajuda ou atrapalha?

- Ajuda 30%
- Atrapalha 41%
- Nem ajuda nem atrapalha 27%
- Não sabem 3%

IBOPE

PAPEL DA TV NA FORMAÇÃO

Onde é maior o sentimento de que a TV atrapalha:

- No Nordeste
- Nas cidades do interior
- Entre as mulheres
- Entre os evangélicos
- Entre quem não trabalha
- Entre quem se preocupa

Como este sentimento se comporta:

- < Com a idade
- < Com a classe e renda
- < Com o nº de crianças
- > Com o porte do município
- > Com a instrução

IBOPE

PAPEL DA TV NA FORMAÇÃO

Aspectos positivos da TV (resposta estimulada)

- Diverte 40%
- Desperta curiosidade 34%
- Informa 30%
- Educa, ensina 28%
- Amplia a visão de mundo 19%
- Mantém crianças em casa 15%
- Mostra diferentes realidades 12%
- Facilita comunicação 11%
- Apresenta *tabus* naturalmente 3%

IBOPE

PAPEL DA TV NA FORMAÇÃO

Em que ajuda (esp)

- Programas educativos/ ajuda a ensinar 33%
- Ajuda a conhecer o mundo 25%

Em que atrapalha (esp)

- O horário dos estudos 42%
- Fere a moral, cenas de sexo 19%
- Estimula violência 13%

IBOPE

PAPEL DA TV NA FORMAÇÃO

Aspectos negativos da TV (resposta estimulada)

- Estimula a violência 25%
- Rouba tempo de convívio 13%
- Distorce a realidade 13%
- Estimula o consumo 8%
- Mostra valores diferentes 7%
- Antecipa discussões 6%
- Programação inadequada 6%
- Ignora diferenças culturais 3%

IBOPE

A TV NA FAMÍLIA

Quem mais reclama dos (as) ...

- **Novelas:** 30 a 39 anos, 2º grau, SE, periferia, médio porte, classe A/B, quem trabalha, evangélicos e casas com crianças de 8 a 12 anos.
- **Filmes:** mulheres, 50 a 59 anos, primário, N/CO, interior, pequeno porte, classe E, não trabalha, evangélicos e casas com mais crianças e mais jovens.
- **Policiais:** 30 a 39 anos, superior, NE, capital, grandes centros, classes A/B, evangélicos, domicílios com 1 criança e mais jovens.

IBOPE

A TV NA FAMÍLIA

- Mais de 2/3 dos entrevistados já se sentiram, em algum momento, constrangidos com o que a TV mostrava e a família assistia junto. Isto aconteceu:
 - Muitas vezes 32%
 - Algumas vezes 22%
 - Poucas vezes 13%
 - Nunca 32%
- A atitude mais freqüente nestas situações é desligar a TV ou mudar de canal (47%).

IBOPE

A TV NA FAMÍLIA

Cenas que causam constrangimento

- Sexo explícito 71%
- Cenas de estupro 58%
- Rel. homossexual 49%
(com beijos e abraços)
- Violência c/mulher 43%
- Nu frontal masculino 40%
- Nu frontal feminino 38%
- Sexo insinuado 36%
- Consumo de drogas 36%
- Rel. homossexual 36%
(s/contato físico)
- Sexo s/contexto 32%
- Violência c/sangue 31%
(ficção ou realidade)
- Seios 29%
- Sexo no contexto 29%
- Violência s/sangue 28%
(real)
- Violência s/sangue 24%
(ficção)
- Racismo 23%
- Justiça p/mãos 23%
- Beijos prolongados 16%

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

- Em 53% dos casos não há controle do número de horas assistidas, da hora em que se desliga a TV nem da programação.
- Os pais estão mais preocupados com a programação que com a hora de desligar ou o número de horas assistidas.
- 41% controlam os programas.
- 38% controlam a hora de desligar.
- 20% o tempo que assistem.

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

- Mesmo entre quem se diz preocupado ou muito preocupado, mais de 1/3 não estabelece controle (classes A/B e Região Sul). Entre quem não está preocupado, 1/3 estabelece controle.
- Controle maior exercido pelas mães, regiões N/CO e NE, interior cidades pequenas, classe E, evangélicos, domicílios com mais crianças e mais jovens.

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

- Os chefes de família e as donas de casa dividem a decisão sobre quando e o que as crianças da família vão assistir (27% X 25%).
- Onde há controle, as donas de casa, na maioria das vezes, são as responsáveis pela obediência.
- Cada um, porém, atribui para si uma importância maior neste processo: entre os pais, são eles que mais decidem e que mais cuidam; a mãe pensa o mesmo de si.

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

- A participação do homem na palavra final é maior no N/CO e NE e nas famílias de menor renda.
- No cumprimento das ordens, ela cresce na população mais velha e nos domicílios de menor renda e instrução.

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

- Em quase a totalidade dos casos, onde há restrições, elas são obedecidas, ainda que parcialmente.

Pelo que tem conhecimento, estas restrições são:

Totalmente obedecidas	59%
Parcialmente obedecidas	34% \
	93%
Desobedecidas	6% /

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

- Onde a participação do pai no controle é maior, o nível de obediência sobe.
- À medida que cresce o grau de instrução e a renda, as ordens tornam-se mais flexíveis: cai o percentual dos que dizem que elas são obedecidas totalmente. O mesmo acontece nos grandes centros.
- Entre quem está pouco ou nada preocupado, o grau de obediência total é maior.
- O mesmo acontece entre quem não trabalha.

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

Restrição à programação

(citação espontânea)

- Novelas 20%
- Filmes 18%

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

A partir de que idade não precisa de controle?

- Meninos

- Menos de 12 anos 15%
- De 13 a 14 anos 12%
- 15 anos 17%
- 16 anos 13%
- 17 anos 6%
- 18 anos 23%
- Acima de 18 anos 3%

- Meninas

- Menos de 12 anos 13%
- De 13 a 14 anos 10%
- 15 anos 16%
- 16 anos 13%
- 17 anos 6%
- 18 anos 22%
- Acima de 18 anos 6%

IBOPE

CONTROLE E RESTRIÇÃO NA FAMÍLIA

A avaliação dos fatores *controle* e *preocupação* define 4 grupos de pais:

1. O que se preocupa e controla 27%
2. O que se preocupa e não controla 15%
3. O que não se preocupa e controla 20%

4. O que não se preocupa nem controla 37%

Não podemos concluir, porém, o que gera o que: se a preocupação (ou despreocupação) gera o controle (ou o não-controle) ou vice-versa.

IBOPE

CONTROLE EXTERNO

- $\frac{3}{4}$ dos entrevistados são favoráveis a algum tipo de controle da programação da TV fora da família.
- 15% discordam deste tipo de controle e 10% não souberam opinar.
- Quanto mais jovem o responsável e mais alta a classe, maior a necessidade de um controle externo.
- Este controle é mais desejado pelos entrevistados de instrução média, os habitantes do NE, das periferias e dos municípios de médio porte.

IBOPE

CONTROLE EXTERNO

- Os evangélicos são, dentre as religiões, os mais favoráveis ao controle externo.
- Entre quem trabalha fora e os que se dizem preocupados com o que as crianças vêem o percentual de defesa do controle externo é maior.

IBOPE

CONTROLE EXTERNO

- O instrumento mais citado **espontaneamente** como forma de controle é a classificação por horário (de toda programação ou de partes dela).
- A censura, proibição ou corte de programas ou cenas é sugerida (esp) por 17% dos entrevistados que querem controle externo.
- 29% dos que querem este controle não sabem como ele deveria ser feito.

CONTROLE EXTERNO

Quando perguntados qual seria o melhor instrumento de controle (estimulada):

- 64% responderam classificação por faixa e horário.
- 32% responderam censura.
- 5% não responderam.

IBOPE

CONTROLE EXTERNO

Os mais simpáticos à ...

Classificação

- Mulheres
- Mais jovens
- Sul
- Alta instrução

Censura

- Homens
- + de 50 anos
- N/CO e SE
- Baixa instrução
- Classe média

IBOPE

CONTROLE EXTERNO

Quem deveria ser responsável pela ...

	Classificação	Censura
Governo Federal	24%	37%
Órgão de emissoras, especialistas e pais	31%	23%
Misto:emissoras, governo e sociedade civil	41%	37%

IBOPE

VÍDEO, MICRO E CINEMA

- Destas três formas de lazer, nenhuma causa preocupação quanto ao conteúdo que transmitem para as crianças.
- A programação de cinema é considerada adequada por quase todos que consomem.
- E entre quem consome cinema - classes A/B, grandes centros - a preocupação é pouco significativa: cerca de ¼ estão preocupados ou muito preocupados.

IBOPE

VÍDEO, MICRO E CINEMA

Controle sobre os filmes exibidos em cinema:

- Não têm controle 42%
- Por faixa etária 11%
- Censura 2%
- Por seção 1%
- Não sabe como é feito 44%

IBOPE

VÍDEO, MICRO E CINEMA

A partir de que idade pode ver filmes pornográficos?

Meninos:

- Menos de 14 anos 12%
- 15 anos 14%
- 16 anos 12%
- 17 anos 7%
- 18 anos 31%
- 19, no mínimo 8%

Meninas:

- Menos de 14 anos 9%
- 15 anos 12%
- 16 anos 10%
- 17 anos 6%
- 18 anos 31%
- 19, no mínimo 31%

IBOPE

CONCLUSÃO FINAL

Os brasileiros não estão muito preocupados com a questão da influência da TV na formação dos filhos. Eles admitem que haja esta influência e a consideram mais negativa que positiva, mas reconhecem os benefícios que a TV possa trazer.

Os responsáveis são francamente favoráveis a algum tipo de controle externo, de preferência na forma de classificação por faixa etária e horário. O chamamento para o exercício deste controle é a todos: Governo, emissoras e sociedade civil.

IBOPE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Guia Médico sobre Violência na Mídia

Uso da Mídia: Sugestões aos Pais

Conteúdo

Resumo

A Formação

O Impacto da Mídia

Recomendações

Fontes de Informação

Valores Sociais e Meios de Comunicação de Massa (Pesquisa RETRATO/IBOPE)

Uma Força a ser Utilizada

A Violência na Mídia: Aspecto Jurídico

O Poder Atribuído

A Violência e as suas Formas

O Poder da Imagem

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Psiquiatria. **A Televisão e a Violência: o impacto sobre a criança e o adolescente.** Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/vio_valo.html>. Acesso em 19 out. 2005.